

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.033 - RJ (2019/0307121-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : GREEN BUILDINGS - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS : RAUL RODRIGUES PEREIRA NETO - RJ106891
YANNICK YVES ANDRADE ROBERT - RJ166654
TAINÁ DE OLIVEIRA SANTOS - RJ208099
EMBARGADO : MICHELONI ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADOS : RICARDO MICHELONI DA SILVA - RJ066597
PAULO NELSON LEMOS BASTO NASCIMENTO - RJ098318
MARCUS VINICIUS GONTIJO ALVES - RJ130837
PATRICIA DE FATIMA VAN DER PUT DA SILVA - RJ175611

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 1.079-1.086) opostos por GREEN BUILDINGS - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face da decisão monocrática (fls. 1.073-1.077) que negou provimento ao recurso especial.

Em suas razões, a embargante afirma, em síntese, que "*(...) é omissa por não analisar a questão de direito invocada com base nos precedentes mencionados, qual seja, que o valor da causa corresponde ao benefício econômico do autor. O recurso à esta Corte Superior tem como finalidade a discussão dessa questão de direito, que não foi apreciada pelo Ministro Relator na decisão monocrática ora embargada (...)*". (fl. 1.080)

Ressalta, ainda, que, "*(...) de acordo com este Superior Tribunal de Justiça, o valor da causa deve corresponder ao benefício econômico do autor. Esta é a questão de direito que deve ser decidida por este Tribunal para julgamento do recurso especial (...)*". (fl. 1.082).

Impugnação apresentada às fls. 1.089-1.100.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir

questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

É de bom alvitre ressaltar que o art. 1.023, da novel codificação processual, exige que conste na petição de embargos declaratórios a "indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão", sem a qual, repita-se, torna inviável o acolhimento da pretensão recursal.

No caso, conforme se verifica das razões dos embargos, a recorrente defende que o valor da causa deve corresponder ao benefício econômico do autor. Com efeito, compulsando a decisão embargada, observa-se que restou expresso que o proveito econômico obtido na ação foi de R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), motivo pelo qual os honorários de êxito devem ser de 10% sobre o referido valor.

A título elucidativo, confira-se o excerto do v. acórdão estadual (fls. 1.074-1.075):

"Com efeito, ao apontar violação aos arts. 22, § 2º, da Lei n. 8.906/94 e 258 do CPC/73, a recorrente defende a tese de que os honorários de êxito deveriam ter como base o valor da causa da ação de reintegração de posse. Por sua vez, o TJ-RJ, com arrimo no acervo fático-probatório, assim dirimiu a controvérsia (fls. 938-939):
(...)

Da leitura do excerto ora transcrito, verifica-se que o Tribunal de origem, à luz da boa-fé e real vontade das partes (arts. 112 e 113 do CC), concluiu que o proveito econômico obtido na ação foi de R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), motivo pelo qual os honorários de êxito devem ser de 10% sobre o referido valor.

Dessa forma, a pretensão de alterar o entendimento firmado, sob alegada ofensa aos dispositivos mencionados, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório e análise de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõem as Súmulas de n. 7 e 5 do STJ." (grifou-se)

Desse modo, revela-se nítido propósito da parte embargante em rediscutir temas que foram devidamente apreciados, o que é defeso através da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nos aclaratórios.

A propósito, nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C/C COBRANÇA DE ALUGUÉIS - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA DOS RÉUS.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 535, incisos I e II, do CPC/73 ou 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, o que não se configura na hipótese em tela, porquanto o aresto deste órgão fracionário encontra-se devida e suficientemente fundamentado.

2. Dada a natureza dos aclaratórios, esses não podem ser utilizados como instrumento para a rediscussão do julgado.

(...)

4. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no AgInt no AREsp 1083820/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 17/12/2018 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são cabíveis somente quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

(...)

3. Embargos de declaração rejeitados, com fixação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do § 2º do art. 1.026 do CPC/2015."

(EDcl nos EDcl no AgInt no REsp 1320651/PB, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 10/09/2018 - grifou-se)

Diante do exposto, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator